

Desenvolvimento Rural

A transferência de alimentos em famílias multilocalizadas e a segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso do oeste de Santa Catarina

Food transfer in multilocalized families and food security and nutrition: a case study in western Santa Catarina

Clóvis Dorigon¹ , Cristiano Nunes Nesi¹ 

¹Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Chapecó, Santa Catarina, SC, Brasil

RESUMO

O presente texto aborda a relevância para a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos alimentos produzidos para autoconsumo por agricultores e que são transferidos regularmente para os familiares que residem fora da propriedade rural. Os dados resultam de pesquisa quantitativa realizada em 112 municípios do oeste de Santa Catarina, obtidos pela aplicação de questionário junto a 381 famílias de agricultores. Do ponto de vista analítico adotou-se a noção de famílias multilocalizadas, ainda pouco difundida no Brasil. Inicialmente o texto faz uma breve caracterização da região em questão e das famílias dos agricultores entrevistadas, discute a produção para o autoconsumo e a sua relação com a SAN, apresenta e analisa os dados sobre a produção para o autoconsumo e os valores monetários por grupo de alimentos que os agricultores estimam transferir para os familiares que residem nas cidades da região pesquisada. Conclui-se que a produção para autoconsumo desempenha um papel importante do ponto de vista socioeconômico e que a transferência de tais alimentos dos estabelecimentos rurais para familiares que moram e trabalham nas cidades da região contribui significativamente para a segurança alimentar e nutricional das mesmas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Autoconsumo; Famílias multilocalizadas

ABSTRACT

This text addresses the relevance of food produced for self-consumption by farmers and regularly transferred to family members residing outside the rural property for food security and nutrition (FSN). The data stem from quantitative research conducted in 112 municipalities in western Santa Catarina, obtained through a questionnaire administered to 381 farming families. Analytically, the concept of multilocalized families, still not widely spread in Brazil, is adopted. The text begins with a brief

characterization of the region and the interviewed farming families, discusses production for self-consumption and its relationship with FSN, and presents and analyzes data on self-consumption production and the monetary values per food group that farmers estimate transferring to relatives living in the cities of the researched region. It concludes that self-consumption production plays an important role socioeconomically and that the transfer of such foods from rural establishments to relatives residing and working in the cities of the region significantly contributes to their food security and nutrition.

Keywords: Family farming; Self-consumption; Multilocalized families

1 INTRODUÇÃO

A mesorregião oeste de Santa Catarina caracteriza-se pelo predomínio da agricultura de base familiar e pela relativa boa distribuição das terras. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a região tem 72,9 mil estabelecimentos agropecuários, 84,1% dos quais de agricultores familiares, percentual acima de Santa Catarina, da Região Sul e do Brasil. A área média dos estabelecimentos agropecuários dos agricultores familiares da região é de apenas 17,8 hectares (IBGE, 2018).

A região abriga também algumas das principais empresas agroalimentares processadoras de carnes de aves e de suínos do Brasil, presentes no mercado global de alimentos. Na origem de tais empresas está a agricultura de base familiar diversificada, que lhes fornece matéria prima. A partir de meados da década de 1990 a produção regional de leite passou a crescer continuamente e significativamente e atualmente o oeste catarinense forma uma das principais regiões produtoras do Brasil.

Embora a inserção aos mercados, especialmente de *commodities* agrícolas, seja uma característica importante, a produção para o autoconsumo sempre esteve presente nos estabelecimentos de base familiar da região, independentemente de suas relações com o mercado – se produtores de aves e suínos para as grandes empresas agroalimentares ou fumageiras, via contratos de integração, ou se produtores autônomos de grãos, de leite ou de outros produtos agrícolas. Ressalta-se também que a produção de alimentos para o autoconsumo historicamente esteve sob responsabilidade das mulheres havendo, portanto, um importante viés de gênero (Dorigon, 2008; Dorigon e Renk, 2011; Dorigon *et al.*, 2015, Dorigon *et al.*, 2020).

Embora até recentemente pouco pesquisado, o tema do autoconsumo ganha relevância acadêmica com a emergência da noção de segurança alimentar e nutricional (SAN) e sua relação com a produção para o autoconsumo (Maluf, 2003; 2004; Maluf, Menezes, 2001; 2007; Maluf, Menezes e Marques (2001); Gazolla, 2004; Gazolla, Schneider, 2005; Grisa, 2007; Menasche, 2007; Zanetti, Menasche, 2007; Grisa, Gazolla, Schneider, 2010; Grisa, Schneider e Conterato, 2013). as questões de gênero (Zanetti e Menasche, 2007; Menasche, Marques, Zanetti, 2008) e de sustentabilidade também contribuem para que autoconsumo desperte interesse acadêmico (Menasche *et al.*, 2007; Haverroth, 2012).

A produção para o autoconsumo está também na origem de um processo de reconversão para a produção artesanal de alimentos. Recentemente parcela de agricultores, sobretudo os excluídos da produção de *commodities*, organizados em pequenos grupos ou individualmente e com o apoio de prefeituras, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), universidades e ONGs, passam a produzir produtos de qualidade diferenciada (produtos coloniais, orgânicos, agroecológicos), criando pequenas agroindústrias familiares rurais organizadas em redes de pequenas cooperativas descentralizadas, e com um sofisticado processo de participação e controle social (Dorigon, 2008; Marcondes *et al.*, 2012; Reiter *et al.*, 2019).

Visando produzir conhecimentos em relação à produção de alimentos para o autoconsumo, ainda pouco estudado na região, uma pesquisa foi realizada na região oeste catarinense nos meses de maio e junho de 2018, cujo objetivo consistiu em caracterizar a produção de alimentos para o autoconsumo nas unidades familiares da região oeste de Santa Catarina¹. A pesquisa abrangeu 112 municípios da região oeste de Santa Catarina, com aplicação de 381 questionários² a famílias de agricultores (Dorigon *et al.*, 2020).

Embora o objetivo da pesquisa tenha sido mais amplo (Dorigon *et al.*, 2020), neste texto analisa-se uma questão específica, qual seja, se há transferências de alimentos dos

¹ O projeto denominava-se “Caracterização da produção de alimentos para autoconsumo na região oeste catarinense”, cuja equipe é composta por pesquisadores da Epagri e da Unochapecó e com período de execução de 2018 a 2020.

² Os questionários foram aplicados pelos extensionistas dos escritórios municipais e regionais da Epagri, sob a coordenação da equipe de pesquisa.

estabelecimentos rurais para familiares, sobretudo para os filhos que trabalham e residem na cidade, buscando-se também levantar qual a importância socioeconômica de tais transferências e, em especial, para a promoção da SAN das famílias que recebem estes alimentos. Este recorte se justifica porque em pesquisas anteriores houve relatos de agricultores indicando uma expressiva transferência de alimentos de seus estabelecimentos rurais para, em geral, os filhos (as) que trabalham e residem no meio urbano que vão com regularidade, geralmente aos fins de semana, visitar os pais e se abastecem de alimentos – carnes (de aves, suína e bovina), embutidos de carne suína, ovos, leite e queijos, frutas e hortaliças, doces e geleias, panificados (pães e cucas, etc.), dentre outros produtos (Dorigon, 2008; Dorigon e Renk, 2011; Dorigon *et al.*, 2015, Cazella *et al.*, 2020, Dorigon *et al.*, 2020).

O texto está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção discute-se a produção de alimentos para o autoconsumo, relacionando-o à questão da segurança e soberania alimentar e nutricional. Apresenta-se também a noção de famílias multilocalizadas, adotada nas análises dos dados. Na segunda seção expõe-se os procedimentos metodológicos. Na terceira seção faz-se uma breve caracterização das famílias entrevistadas apresentam-se e analisam-se os dados da pesquisa sobre a transferência de alimentos produzidos pelo autoconsumo em famílias multilocalizadas, relacionando-se à SAN.

2 A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO, A TRANSFERÊNCIA DE ALIMENTOS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS EM FAMÍLIAS MULTILOCALIZADAS E A SAN

Os resultados de pesquisas recentes realizadas no oeste de Santa Catarina (Nesi *et al.*, 2019; Fréguin-Gresh e Cortes, 2020; Cazella *et al.*, 2020; Maluf e Zimmermann, 2020; Dorigon *et al.*, 2020) corroboram os resultados de pesquisas anteriores, as quais demonstraram a importância da produção de alimentos para o autoconsumo relacionados à promoção da SAN (Maluf, 2001; Maluf, Menezes, 2006; Gazolla, 2004;

Gazolla e Schneider, 2005; Grisa, 2007; Menasche, 2007; Zanetti e Menasche, 2007; Grisa, Schneider e Conterato, 2013). Tais pesquisas apontam que nos últimos anos houve uma reversão na percepção da importância da produção para o autoconsumo que, de uma prática considerada arcaica e associada a populações pobres, passou a ser vista enquanto um relevante recurso a conferir maior autonomia às famílias agrícolas e a lhes possibilitar o controle de uma dieta mais saudável e equilibrada.

Já o tema da SAN ganha ainda mais relevância no contexto brasileiro a partir da pandemia da Covid-19 e da descontinuidade das políticas públicas do Governo Federal no período de 2016 a 2022 voltadas a promoção da SAN, e também devido ao aumento dos preços dos alimentos. Os dados levantados em inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar (IA) realizada em dezembro de 2020 no contexto da pandemia da Covid-19 apontaram para a gravidade da situação de insegurança alimentar e nutricional da população brasileira naquele período (Rede PENSSAN, 2021). Os resultados da pesquisa mostraram que menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus moradores em Segurança Alimentar, e que dos 55,2% que se encontravam em IA, 9% conviviam com a fome, estando em situação de insuficiência alimentar grave.

O 2º Inquérito Nacional sobre no contexto da Pandemia da Covid-19 apontou um avanço na fome em 2022, atingindo 33,1 milhões de pessoas. Apenas quatro entre 10 famílias possuíam acesso pleno à alimentação (Rede PENSSAN, 2022). Os dados da referida pesquisa apontaram que 58,7% da população convivia com a insegurança alimentar em alto grau. A pesquisa da Rede PENSSAN realizada no ano anterior já havia demonstrado que o problema da fome no Brasil havia retrocedido ao patamar de 2004 (Rede PENSSAN, 2022).

Já os dados de pesquisa mais recente do IBGE (PNAD Contínua) realizada no quarto trimestre de 2023, tendo como referência os três meses anteriores à data da realização da pesquisa, apontaram para a diminuição a fome, com 27,6% (21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar em 2023. Destes, 18,2% (14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1 (3,2 milhões) com insegurança alimentar grave (IBGE, 2023).

Um dado relevante a ser destacado tanto nas pesquisas realizadas pela Rede PENSSAN como pela PNAD Contínua diz respeito à fome no meio rural, o qual continua a apresentar uma pior condição de insegurança alimentar quando comparada a população urbana, e que se agravou de 12% em 2020 para 18,6% em 2022, valores maiores que a média nacional. Tal situação é especialmente importante quando não há disponibilidade adequada de água para produção de alimentos e aos animais (Rede PENSSAN, 2021, 2022).

Os dados da PNAD Contínua também apontam para uma proporção de domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave maior em áreas rurais (12,7%) em 2023 quando comparada às áreas urbanas (8,9%). Portanto, o tema da fome e da IA afeta um contingente relevante das populações que moram no meio rural e, como já visto, a produção de alimentos para o autoconsumo pode desempenhar um papel importante em termos de SAN.

Em relação a esse aspecto, ao analisar a produção de alimentos para o autoconsumo em 112 municípios do oeste de Santa Catarina, Dorigon *et al.* (2020) constataram que 100% das famílias entrevistadas responderam ter alguma produção destinada a este fim. Essa produção caracteriza-se pela diversificação em termos de variedade de produtos. Quando perguntados se fossem comprar os alimentos produzidos para o autoconsumo quanto gastariam mensalmente, os valores médios informados foram: R\$ 178,17 com hortaliças, 157,93 com frutas, R\$ 105,56 com grãos; R\$ 30,98 com plantas medicinais; R\$ 563,09 com produtos de origem animal; R\$ 316,26 com produtos beneficiados. Quando somados os valores médios que os agricultores estimam economizar com a produção para o autoconsumo, segundo a percepção dos agricultores, obtém-se a cifra de R\$ 1.351,99 mensais (em valores corrigidos pelo INPC no período de maio de 2018 a maio de 2024 corresponderia a R\$ 1.896,59 mensais), valor superior, portanto, a um salário mínimo de R\$ 954,00 em valores de 2018 (salário mínimo de R\$ 1.412,00 em 2024). Destaca-se também que, em geral, os agricultores entrevistados tendem a subestimar os valores que economizam com a produção de alimentos para o autoconsumo. Muitos, inclusive, demonstravam surpresa com a importância dos valores

economizados com a produção para o autoconsumo, já que estes cálculos raramente são feitos pelos agricultores (Dorigon *et al.*, 2020).

Em relação às análises dos dados empíricos referente às transferências de alimentos dos estabelecimentos rurais para os familiares que residem nas cidades, recorre-se à noção de famílias rurais multilocalizadas, já adotada em pesquisa realizada no mesmo período, mas apenas no município de Chapecó e entorno (Fréguin-Gresh e Cortes, 2020; Cazella *et al.*, 2020; Maluf e Zimmermann, 2020; Grisa *et al.*, 2020). Originalmente o conceito de sistemas familiares multilocalizados foi formulado por pesquisadores franceses visando analisar as relações entre membros de famílias rurais em países latino-americanos marcados por importantes processos migratórios da população rural (Cortes *et al.*, 2014; Fréguin-Gresh *et al.*, 2015; Fréguin-Gresh, Trousselle, Cortes, 2015; Cortes, Toral, 2016).

Salienta-se também que o tema da transferência de parte da produção de alimentos produzidos para o autoconsumo dos estabelecimentos rurais para familiares que vivem em outro domicílio, sobretudo na cidade, ainda é pouco estudado no contexto brasileiro. Dentre os autores que trataram do tema destacam-se Nesi *et al.* (2019), Dorigon *et al.* (2020) e Cazella *et al.* (2020), em pesquisas realizadas no oeste de Santa Catarina. Já Bellé (2021), analisa a produção para o autoconsumo e as transferências e doações de alimentos, bem como suas finalidades e importância socioeconômica em três assentamentos rurais de três diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

Cazella *et al.* (2020) analisam os dados de pesquisa realizada junto a 49 famílias de agricultores de Chapecó e municípios Ihe fazem divisa. As famílias foram escolhidas de forma a contemplar a diversidade socioeconômica da agricultura familiar regional. De acordo com Cazella *et al.* (2020), a migração de agricultores familiares para as cidades em geral é apenas analisada como êxodo rural. Os autores propõem analisar o fenômeno com outro olhar, buscando entender os distintos fluxos de recursos (alimento, financeiro e trabalho) entre integrantes de unidades agrícolas familiares que permanecem e as que

residem fora dessas unidades. Para tal, Cazella *et al.* (2020) aplicam ao contexto brasileiro o aporte teórico e analítico de famílias multilocalizadas, definidas como:

(...) aquelas em que um ou mais membros residem fora da Unidade Agrícola Familiar (UAF), mas participam no processo de reprodução socioeconômica dessa unidade por meio do compartilhamento de recursos monetários, alimentares e trabalho. Essa participação contempla os auxílios aportados pelos integrantes que trabalham e gerem a UAF, sem que necessariamente ocorra a retribuição com trabalho ou com recursos financeiros por parte dos beneficiários externos. (Cazella *et al.*, 2020, p.23).

A seguir expõe-se os procedimentos metodológicos e analisam-se os dados da pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina sobre autoconsumo e a transferência de alimentos. A pesquisa restringiu-se apenas à produção para autoconsumo alimentar, definida como parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta, incluindo-se também a produção de plantas medicinais (Dorigon *et al.*, 2020).

3 MÉTODO DE PESQUISA

Os dados analisados são provenientes da aplicação de um questionário estruturado com questões abertas e de múltipla escolha. As famílias entrevistadas foram sorteadas a partir do banco de dados do Sistema Epagri de Assistência Técnica, Extensão Rural e Difusão Tecnológica SEATER (Ayres *et al.*, 2015), cujo universo era de 128.900 famílias de agricultores em 2018. Os questionários foram aplicados pelos extensionistas dos escritórios municipais e regionais da Epagri dos respectivos municípios abrangidos pela pesquisa.

O método de pesquisa utilizado é qualificado como uma pesquisa quantitativa descritiva (Gil, 2019), em que se busca descrever características das famílias de agricultores que produzem para autoconsumo, utilizando métodos estatísticos para analisar e interpretar os dados coletados. Com base em Barbetta (2002), o número de famílias entrevistadas foi calculado por:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot z^2}{(N - 1) \cdot e^2 + p \cdot q \cdot z^2} \quad (1)$$

em que N é o número total de famílias cadastradas como agricultores nos sistemas da Epagri na região Oeste de Santa Catarina, p é a proporção de resultados favoráveis da variável na população (neste caso, o número suposto de famílias que produzem para autoconsumo); q a proporção de resultados desfavoráveis na população (número de famílias que não produzem para autoconsumo), em que p e q foram considerados como 50% neste estudo ($q = 1 - p$); z é o valor crítico da distribuição normal para a confiança de 95% (neste caso 1,96); e é o erro padrão da média, definido como 5% neste estudo. Assim, os parâmetros estimados têm confiança de 95% e erro amostral de 5%. Trata-se de uma amostra aleatória estratificada proporcional, em que os estratos são os municípios e a subamostra (n) é proporcional ao número de famílias atendidas no município (tamanho do estrato).

A seguir apresenta-se a análise dos dados da pesquisa, expondo-se inicialmente algumas propriedades sociais das famílias entrevistadas, como idade média e nível de escolarização segundo o gênero, para então se apresentar e discutir os dados a respeito da transferência de alimentos.

4 BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E A RELEVÂNCIA DA MULTILOCALIZAÇÃO

Como se pode observar na tabela 1, do total de 381 questionários aplicados, 153 (40,16%) dos respondentes foram mulheres e 228 (59,83%) homens³. A idade média das mulheres respondentes é de 52,6 anos e dos homens 52,4 anos.

Quanto ao nível escolarização, apenas uma mulher (0,65%) se declarou analfabeta, e entre os homens 7 (3,07%). Embora o nível de analfabetismo seja baixo, 61,44% das mulheres e 64,47% dos homens respondentes declaram ter apenas o ensino fundamental

³A definição de quem seria o respondente ficou a cargo da família de agricultores, em geral, o responsável pelo estabelecimento ou pelo casal de agricultores.

incompleto, sendo que a maioria dos quais estudou até o quarto ano primário. Apenas 14,38% das mulheres e 13,16% dos homens declararam ter concluído o ensino fundamental. Aproximadamente 13% das mulheres e dos homens declararam terem concluído o ensino médio e 4,58% das mulheres respondentes e 2,19% dos homens declaram ter ensino superior. Tais dados chamam a atenção para a elevada idade média dos respondentes e pelo baixo grau de instrução formal desses agricultores.

Tabela 1 – Número e percentual de respondentes, idade média do respondente em função do gênero e da escolarização. Pesquisa realizada com famílias de agricultores em 112 municípios do Oeste de Santa Catarina em 2018

Escolarização	Feminino			Masculino		
	n	%	idade	n	%	idade
Analfabeto	1	0,65	81	7	3,07	74
Fundamental incompleto	94	61,44	56	147	64,47	55
Fundamental completo	22	14,38	50	30	13,16	51
Médio incompleto	3	1,96	43	3	1,32	34
Médio completo	20	13,07	46	31	13,6	39
Graduação	7	4,58	36	5	2,19	35
Não informou	6	3,92	52	5	2,19	58
Total ou média	153		52,6	228		52,4

Percentuais calculados em relação ao total do gênero.

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Em relação às principais atividades formadoras de renda, 55,12% respondeu ser a bovinocultura de leite, número muito próximo à segunda fonte principal de renda, a aposentadoria (54,07%), seguida da bovinocultura de corte (27,03%) e pela produção de milho (26,25%), a atividade assalariada (18,11%), a produção de soja (15,75%), a suinocultura (12,07%) e a avicultura (9,45%). Estes números chamam a atenção para a importância da atividade leiteira e da renda advinda da aposentadoria e a baixa contribuição da suinocultura e avicultura para a formação da renda dos agricultores entrevistados.

Entretanto, salienta-se que estes números expressam apenas a percepção dos agricultores entrevistados sobre a importância das atividades na geração da renda, não sendo resultado, portanto, de cálculo econômico.

No que diz respeito à transferência de alimentos, ao serem perguntados se há algum membro da família que é independente financeiramente e que reside fora da propriedade, e que busca/recebe regularmente alimentos, metade ou mais precisamente, 50,92% responderam que sim (Nesi *et al.*, 2019), conforme se observa na tabela 2. Ou seja, pode-se considerar que metade das famílias do universo pesquisado são multilocalizadas, o que mostra a relevância desse fenômeno social numa região de grande importância da agricultura de base familiar como o oeste de Santa Catarina. Ou seja, mesmo residindo na cidade, os dados levantados demonstram que os vínculos com suas famílias de origem no meio rural se mantêm, e que tais vínculos não ocorrem apenas em nível social, mas pela circulação de mercadorias, especialmente de alimentos que são produzidos pelos agricultores para o autoconsumo e que são doados regularmente aos familiares que residem nas cidades.

Embora 24,41% dos entrevistados tenham respondido que há transferência para apenas uma pessoa, 11,55% responderam que há transferência para duas pessoas e 14,96% para três ou mais pessoas. Ao se analisar os valores transferidos, segundo a percepção dos respondentes, quando há a transferência apenas para uma pessoa os valores médios são de R\$ 204,40 mensais; R\$ 387,79 para duas pessoas e; R\$ 310,89 para três pessoas ou mais, sendo que o valor total médio corresponde a R\$ 279,67. Observa-se, portanto, se tratar de quantias significativas, correspondendo à transferência de 22,78% do total produzido para o autoconsumo e a aproximadamente 30% do valor do salário mínimo (ano base 2018), equivalendo ao um “vale alimentação”.

Estes dados chamam a atenção para o complexo fenômeno de migração e para as relações sociais que se mantêm entre familiares que permanecem no meio rural e as que migraram para as cidades da região, relações essas mediadas pela transferência de alimentos dos agricultores para os que migraram para o meio urbano. Se originalmente o conceito de sistemas familiares multilocalizados foi formulado visando analisar as relações

entre membros de famílias rurais em países latino-americanos marcados por importantes processos migratórios da população rural (Cortes *et al.*, 2014; Fréguin-Gresh *et al.*, 2015; Fréguin-Gresh, Trousselle, Cortes, 2015; Cortes, Toral, 2016), no caso em análise trata-se de migração regional, com distâncias relativamente pequenas entre campo e cidade, o que permite visitas frequentes – e aprovisionamento de alimentos frequentes.

Tabela 2 – Famílias em que há transferência de alimentos, número de membros das famílias que recebem/buscam os alimentos, valores mínimo, médio, máximo e mediano do valor mensal estimado para os alimentos que são transferidos. Pesquisa realizada com famílias agricultoras em 112 municípios do Oeste de Santa Catarina em 2018

Há transferência de alimentos?	Número de membros	Estabelecimentos		Valores			
		n	%	Mínimo	Médio	Máximo	Mediana
Sim		194	50,92		279,67		200
Não		187	49,08				
				----- R\$ -----			
	1	93	24,41	20,00	204,40	1000,00	
	2	44	11,55	30,00	387,79	3000,00	
	3 ou mais	57	14,96	15,00	310,89	2000,00	
	Total	381					

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Quando se analisa a distribuição de frequências dos valores estimados pelos entrevistados do percentual mensal que são transferidos aos familiares (tabela 3), 39,13% dos respondentes declararam transferir o equivalente de até R\$ 100,00 mensais e 39,67% entre R\$ 101,00 até R\$ 300,00 mensais, o que corresponde a 78,80% do valor das doações. Valores mais expressivos, acima de R\$ 500,00 representam apenas 10,87% das transferências. Em resumo, 89,13% das famílias transferem valores equivalentes a até R\$ 500,00 mensais.

Tabela 3 – Distribuição de frequências das famílias quanto à estimativa do valor mensal dos alimentos que são transferidos aos familiares. Pesquisa realizada com famílias agricultoras em 112 municípios do Oeste de Santa Catarina em 2018

Classes de valores (R\$)	Frequência		
	n	Relativa	Relativa acumulada
		----- % -----	
Até R\$ 100,00	72	39,13	39,13
R\$ 101,00 até R\$ 300,00	73	39,67	78,80
R\$ 301,00 até R\$ 500,00	19	10,33	89,13
Acima de R\$ 500,00	20	10,87	100,00
Total	184*	100	

*10 respondentes não souberam estimar o valor.

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Outra questão relevante a se analisar é a relação entre a área dos estabelecimentos rurais com a transferência de alimentos (tabela 4). Observa-se que não há grandes variações entre aqueles estabelecimentos de áreas menores em relação aos maiores. A hipótese inicial era de que estabelecimentos menores, em especial os de menos de cinco hectares, não possuiriam uma produção agrícola suficiente para transferir alimentos para filhos (as) que trabalham e moram fora do estabelecimento rural. Entretanto, esta hipótese não se confirmou.

Outra hipótese era de que naqueles estabelecimentos rurais maiores (acima de 50 hectares), a transferência de alimentos poderia ser menos importante, pois os filhos que moram e trabalham fora da propriedade rural provavelmente possuem uma condição socioeconômica melhor e, portanto, têm condições financeiras para adquirir os alimentos no mercado. Esta hipótese também não se confirmou, o que indica que a transferência de alimentos não tem relação apenas com a questão do provisãoamento alimentar visando economia de recursos financeiros ou melhoria da dieta alimentar, embora isto também seja importante. Tais dados indicam que questões não econômicas, como alimentos produzidos sem agrotóxicos, e questões culturais e afetivas relacionadas aos hábitos alimentares e a

busca do consumo do imaginário, como a evocação das lembranças da infância vividas no meio rural (De La Pradelle, 1996), ajudam a explicar estas transferências alimentares.

Tabela 4 – Distribuição de frequências do número de estabelecimentos e do número de estabelecimentos com transferência de alimentos em função do estrato de área da propriedade. Pesquisa realizada com famílias agricultoras em 112 municípios do Oeste de Santa Catarina em 2018

Estrato de área (ha)	Estabelecimentos		Estabelecimentos com transferência de alimentos	
	n	%	N (a)	% (b)
Menos de 5	37	9,71	20	54,05
5 a menos de 10	70	18,37	38	54,29
10 a menos de 20	130	34,12	60	46,15
20 a menos de 50	107	28,08	54	50,47
50 e mais	33	8,66	20	60,61
Não informou	4		2	
Total	381		194	

a) Em relação aos 381 estabelecimentos rurais.

b) Em relação ao total do estrato.

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Quando se analisa a relação entre as atividades econômicas desenvolvidas/fontes de renda nos estabelecimentos rurais e os valores médios transferidos por atividades (tabela 5), observa-se que os maiores valores médios mensais transferidos são: produtores de aves (R\$ 380,04), seguida naqueles estabelecimentos que há renda de aposentadoria (R\$ 296,61), bovinocultura de leite (R\$ 281,90), produtores de suínos (R\$ 236,93) e bovinocultura de corte (R\$175,82). Entre os menores valores transferidos estão os produtores de fumo (R\$ 78,42) e produtores de hortaliças (R\$ 72,00).

Tabela 5 – Atividades que geram renda, número de estabelecimentos (n) com as atividades, percentual em relação ao total de estabelecimentos, média da estimativa do valor dos alimentos transferidos, número de estabelecimentos que transferem alimentos dentro de cada atividade (n_t) e respectivo percentual em relação ao total de propriedades dentro da atividade. Pesquisa realizada com famílias agricultoras em 112 municípios do Oeste de Santa Catarina em 2018

Atividade	Estabelecimentos		Estabelecimentos com transferência de alimentos		
	n	%	Média (R\$)	n_t	%
Bovinocultura de Leite	210	55,12	281,9	93	44,29
Aposentadoria	206	54,07	296,61	108	52,43
Bovinocultura de corte	103	27,03	175,82	55	53,40
Produção de milho	100	26,25	247,13	50	50,00
Salário	69	18,11	183,2	35	50,72
Produção de soja	60	15,75	138,26	26	43,33
Suínos	46	12,07	236,93	26	56,52
Aves	36	9,45	380,04	19	52,78
Fumo	33	8,66	78,42	11	33,33
Olericultura	11	2,89	72	5	45,45
Fruticultura	8	2,10	95,83	4	50,00
Agroindústria familiar	2	0,52			
Outras atividades	92	24,15	181,35	57	61,86

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Embora não se disponha de dados que permitam explicar tais diferenças de valores, podem-se levantar algumas hipóteses. O maior valor monetário das carnes e derivados de leite (queijos), fonte de proteína presentes entre os produtores de suínos, aves e leite, pode explicar porque os valores transferidos são maiores quando comparados às hortaliças, por exemplo. Já nos estabelecimentos em que há renda de aposentadoria, uma explicação possível seria a maior disponibilidade de tempo dos agricultores aposentados para se dedicarem às atividades relacionadas ao autoconsumo, já que há maior autonomia econômica destes estabelecimentos rurais em relação àqueles com produção voltada ao

mercado e, conseqüentemente, a maior quantidade de produtos disponíveis a serem transferidos. Em relação aos produtores de fumo, os valores menos expressivos podem ser explicados devido a, em geral, serem estabelecimentos de agricultores mais pobres – com menos terra, capital e menos tempo disponível à produção para o autoconsumo, dado que a fumiçultura é uma atividade intensiva em uso de mão de obra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, cabe ressaltar algumas questões analisadas neste texto. Para além da relevância dos valores e da diversidade dos alimentos produzidos pelos agricultores para o autoconsumo (frutas, verduras, grãos, plantas medicinais e aromáticas, carnes, leite, mel e produtos processados nos estabelecimentos rurais), constatou-se também que parte desta produção é transferida para familiares, em geral filhos (as), que trabalham e moram fora do estabelecimento rural, na cidade do município de origem ou próximo a ele. Destaca-se que 100% das famílias entrevistadas têm alguma produção para o autoconsumo e, destas, aproximadamente metade transfere alimentos para um ou mais familiares, sendo que os valores médios transferidos mensais correspondem a aproximadamente 30% do valor do salário mínimo vigente em 2018.

Tais dados permitem afirmar que a produção de alimentos para o autoconsumo e a transferência de parte dessa produção constitui-se em importante contribuição para a SAN não apenas aos agricultores, mas também para seus familiares que residem e trabalham no meio urbano, tema ainda pouco analisado em contextos como o da região oeste de Santa Catarina. Isto é, a agricultura de base familiar, para além de produzir matérias primas para as agroindústrias (suínos, aves, leite, fumo) e de fornecer parte da mão de obra às unidades agroindustriais, também contribui para a melhoria da qualidade alimentar destes, sobretudo no que se refere ao consumo de alimentos mais caros, como a proteína animal. Entretanto, o fato da pesquisa ter sido realizada junto aos agricultores que produzem alimentos e não com os familiares que moram nas cidades e recebem tais alimentos limitam as análises no sentido de mensurar a contribuição dessa produção de alimentos que é transferida para a SAN.

Destaca-se não apenas os valores envolvidos, mas também a diversidade de alimentos transferidos. Embora não se disponha de dados a respeito da condição socioeconômica das famílias que moram nas cidades e recebem esses alimentos, provavelmente não fosse esta transferência de alimentos, a dieta alimentar destes familiares seria mais pobre, sobretudo no que diz respeito a alimentos mais caros e de melhor qualidade, especialmente carnes e derivados (embutidos de carne suína), leite e derivados, sobretudo queijos.

Quanto à multilocalização, observou-se a relevância desse fenômeno que, assim como no caso analisado por Cazella *et al.* (2020), metade podem ser consideradas famílias multilocalizadas. Porém, Cazella *et al.* (2020) constataram que aquelas unidades agrícolas inseridas em mercados competitivos, em especial, na produção de *commodities* (suínos, aves, leite) são mais multilocalizadas do que aquelas pouco integradas a esses mercados e com rendas menores. Cazella *et al.* (2020) também identificaram que os alimentos são os principais recursos intercambiados, transferidos da unidade agrícola para os integrantes externos. Tal constatação reforça a importância da produção para autoconsumo tanto para quem permaneceu quanto para quem migrou, mas que reside próximo e mantém vínculos com a família agrícola e que se abastecem regularmente de alimentos nos estabelecimentos rurais de seus familiares.

A adoção da noção de famílias multilocalizadas permitiu também captar as relações que se mantêm entre as famílias que permanecem no meio rural com as que migram para as cidades da região oeste de Santa Catarina e a observar o fenômeno em toda sua complexidade, para muito além do êxodo rural e da migração, como já havia sido observado por Cazella *et al.* (2020), num estudo menos abrangente, realizado nos municípios de Chapecó e de seu entorno. No caso em análise, observou-se que a multilocalização ocorre em metade das famílias entrevistadas, distribuídas em 90 dos 112 municípios compreendidos pela pesquisa. E como também analisado por Fréguin-Gresh e Cortes (2020), quanto à natureza e direção dos fluxos de recursos, no caso do oeste de Santa Catarina, mesmo sendo bidirecional ele ocorre principalmente do meio rural em direção às cidades, embora o inverso também possa ocorrer.

Outra questão relevante a ser sublinhada é que, embora os dados disponíveis obtidos pela aplicação dos questionários não permitam identificar se há circulação de dinheiro entre as famílias multilocalizadas, observou-se que a transferência de alimentos das famílias de agricultores para as que residem e trabalham na cidade parece ser o fluxo mais relevante, as quais retribuem principalmente com trabalho aos finais de semana e feriados e, com menos frequência, com o fornecimento de insumos, tais como sementes, mudas, adubos, dentre outros.

No caso aqui analisado, embora os dados sejam relevantes do ponto de vista econômico, os questionários foram aplicados junto às famílias de agricultores que produzem alimentos para o autoconsumo. Para analisar em maior profundidade a importância desse fluxo de alimentos transferidos das propriedades rurais para as famílias urbanas e sua contribuição à melhoria da sua alimentação, em especial na melhoria da SAN, seria necessário realizar uma pesquisa específica com aplicação de questionários junto aos familiares que residem nas cidades e que recebem estes alimentos.

REFERÊNCIAS

AYRES, N. M.; MARIM, M. R.; KROTH, L. T. **Sistema Epagri de Assistência Técnica, Extensão Rural e Difusão Tecnológica**. Florianópolis: Epagri, 2015.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BELLÉ, A. R. **Muito além do consumo**: as doações e transferências de alimentos nos assentamentos rurais do RS. 2021. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; NESI, C. N.; ELOY, L. Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 21-47, fev. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1_02_sistemas_agricolas/esa28-1_02_pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

CORTES, G.; TORAL, A. V. Coexistences rurales et mobilités spatiales en Bolivie. **Les Cahiers d'Outre-Mer**, [S. l.], v. 69, n. 273, p. 43-79, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/com/7696>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CORTES, G.; FRÉGUIN-GRESH, S.; GUÉTAT-BERNARD, H.; SOURISSEAU, J.M. Les systèmes familiaux multi-localisés: un modèle d'analyse original des ruralités aux Suds. **Document de travail ART**, Montpellier, v. 1, p. 1-13, dez. 2014. Disponível em: http://art-dev.cnrs.fr/IMG/pdf/wpARTDev_2014_12.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

DE LA PRADELLE, M. **Les vendredis de Carpentras**. Paris: Fayard. 1996.

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**: em construção. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011.

DORIGON, C.; RENK, A.; SILVESTRO, M. L.; SILVA, C. A.; SAVIO, J. **Produtos coloniais**: tradição e mudança. Chapecó: Argos, 2015.

DORIGON, C.; NESI, C. N.; TONEZER, C.; HAAG, A. L. A produção de alimentos para o autoconsumo na região oeste do Estado de Santa Catarina. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, ed. esp. 2, p. 2060-2085, out. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14645>. Acesso em: 10 out. 2023.

FRÉGUIN-GRESH, S.; TOUSSELLE, A.; CORTES, G. L'agriculture familiale diversifiée multilocalisée au Nicaragua. *In*: BOSCH, P. M. (Coord.). **Diversité des agricultures familiales**: exister, se transformer, devenir. [S. l.]: Quae, 2015. p. 95-110.

FRÉGUIN-GRESH, S.; CORTES, G.; SOURISSEAU, J. M.; GUÉTAT-BERNARD, H. Le système familial multilocalisé: proposition analytique et méthodologique pour interroger les liens entre migrations et développement rural au Sud. **Mondes en Développement**, [S. l.], Nancy, v. 43, n. 172, p. 13-32, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-mondes-en-developpement-2015-4-p-13.htm>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FRÉGUIN-GRESH, S.; CORTES, G. Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 5-20, fev. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1_01_introducao/esa28-1_01_pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da agricultura familiar? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, São Paulo. **Anais...** Ribeirão Preto: Sober, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 14, p. 5-35, jan./dez. 2007.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, online, v. 16, n. 31, p. 65-69, jul./dez. 2010. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 10 jul. 2023.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. **A produção para Autoconsumo no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

GRISA, C.; TECCHIO, A.; CHECHI, L. A.; SABOURIN, E. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 78-108, fev. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1_04_praticas_produtivas/esa28-1_04_pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

HAVERROTH, C. **Extensão Rural Pública**: métodos, possibilidades e limites para a transição agroecológica no Oeste de Santa Catarina. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1970/1975/1980/1885/1995/1996/2006/2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em 23 ago. 2024.

MALUF, R. S. (Coord.). **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar**: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Rio de Janeiro: [s.e.], 2003.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno "segurança alimentar"**. Brasília: EMBRAPA, 2001. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf. Acesso em nov. 2023.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A. Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 48-77, fev. 2020.

MARCONDES, T.; MIOR, L. C.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.

MENASCHE, R. (Org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. supl., p.145s-158s, jul/ago. 2008.

NESI, C. N.; DORIGON, C.; BADALOTTI, R. M.; PIEREZAN, S. A transferência de alimentos de agricultores familiares para filhos que moram na cidade: um estudo de caso do oeste de Santa Catarina. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO; SEMINÁRIO TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., 2019, Chapecó. **Anais...** Chapecó: Unochapecó, 2019. p. 1-14. Disponível em: <https://utfpr-ct-static-content.s3.amazonaws.com/utfpr.curitiba.br/wp-content/uploads/sites/20/2019/10/Cristiano-Nunes-Nesi.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em 01 jul. 2023.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 23 ago. 2024.

REITER, J. M. W.; MONDARDO, M.; MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDES, T. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2019.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R.; Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. *In*: MENASCHE, R. (Org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 130 - 141.

Contribuições de autoria

1 – Clóvis Dorigon

Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Engenheiro agrônomo, mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (UFRRJ/CPDA) e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Coppe), com doutorado sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. <https://orcid.org/0000-0002-1555-2209> • cdorigon@epagri.sc.gov.br
Contribuição: Coordenação da pesquisa; análise dos dados; revisão de literatura; redação e revisão final do artigo.

2 – Cristiano Nunes Nesi

Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Engenheiro agrônomo, mestre (Esalq/USP) e doutor (UFPR) em Agronomia. <https://orcid.org/0000-0002-8642-3236> • cristiano@epagri.sc.gov.br
Contribuição: Elaboração do questionário; análise dos dados; redação do artigo.

Como citar este artigo

DORIGON, C.; NESI, C. N. A transferência de alimentos em famílias multilocalizadas e a segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso do oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 32, e86162, p. 01-22, 2025. DOI 10.5902/2318179686162. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179686162>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.